



**FACULDADES MAGSUL**

**ELAINE SANCHEZ DURÉ**

**AÇÃO DOCENTE FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

PONTA PORÃ – MS  
2018

**ELAINE SANCHEZ DURÉ**

**AÇÃO DOCENTE FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora das  
Faculdades Magsul, como exigência  
parcial para obtenção do título de  
Licenciada em Educação Física.  
Orientador: Prof. Me. Silvano Ferreira de  
Araújo.

ELAINE SANCHEZ DURÉ

**AÇÃO DOCENTE FRENTE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.  
Apresentado à Banca Examinadora das  
Faculdades Magsul, como exigência  
parcial para obtenção do título de  
Licenciada em Educação Física.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Silvano Ferreira de Araújo  
Orientador  
Faculdades Magsul

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Paula Moreira de Sousa  
Examinadora  
Faculdades Magsul

Ponta Porã-MS, 04 de dezembro de 2018

Dedico este trabalho à minha mãe, Angela; às minhas tias, Ana e Natália; à minha avó, Anaurelia, e meu avô, Margarido, aos meus irmãos, Anderson, David Fernando e Felipe, que foram meus alicerces para a conclusão deste Curso. Dedico, também, a todas as Pessoas com Necessidades Especiais, que todos os dias enfrentam a si mesmos, que lutam e tem coragem de se superar e a todas as pessoas que se entregam, se dedicam e jamais abrem mão de acreditar na inclusão da diversidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter me concedido a dádiva da vida, que me fortaleceu e sustentou em todo o percurso desta caminhada, pelas oportunidades, encontros e aprendizados que me proporcionou durante toda minha vida e, em especial, a minha graduação.

Agradeço à minha família, principalmente à minha mãe, Ângela Sanchez, aos meus irmãos, Anderson, David Fernando e Felipe, que me deram apoio e incentivo nas dificuldades e no cansaço para que eu pudesse focar no meu objetivo.

Aos meus colegas de turma, Claudiléia, Gisele, Tatiana e Fredy, pela amizade construída no decorrer desta graduação e que fizeram parte da minha formação.

Agradeço a Helena da Silva, que me recebeu em sua casa diversas vezes e pela amizade construída.

A Daniela, que me deu apoio e incentivo nas dificuldades e no cansaço e me compreendeu nos momentos em que estava ausente.

Ao meu tio e amigo, Alexandre Torres, que me buscou todos os dias até a minha residência, a fim de garantir minha segurança.

Agradeço a todas as minhas colegas de trabalho, que sempre me deram forças e acreditaram em meu potencial.

Aos meus professores de graduação, especialmente ao meu orientador, professor Silvano Ferreira de Araújo, por toda dedicação e ajuda necessária, que levarei como exemplo para a vida toda, e à minha examinadora, professora Ana Paula Moreira de Sousa, pelas contribuições neste trabalho.

Agradeço, enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha trajetória e contribuíram para a realização desse estudo.

Gratidão a todos (as)!

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para a educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças (MANTOAN, 2003, p. 20).

DURÉ, Elaine Sanchez. **Ação docente frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física escolar.** Orientador: Silvano Ferreira de Araújo. 2018. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Faculdades Magsul, Ponta Porã-MS, 2018.

## **RESUMO**

Este trabalho teve por objetivo analisar a atuação do professor de Educação Física no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Para tanto foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter descritivo, tendo como instrumento de aplicação um questionário com oito questões, sendo seis abertas e duas fechadas, para quatro professores de Educação Física, atuantes na rede pública de ensino do município de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul. Os resultados demonstram que, apesar das tentativas de práticas inclusivas de alunos com NEE, os professores participantes, em sua maioria, não possuem formação específica ou desconhecem aspectos relativos ao tema, dificultando ou impedindo a efetividade de suas aulas.

**Palavras-chave:** Educação Física escolar; Educação Inclusiva; Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formação dos professores.....	31
Gráfico 2 - Especialização dos professores.....	32



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação dos participantes.....	30
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> .....	13
1.1 Marcos históricos e normativos da Educação Especial.....	13
<b>2 O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	23
2.1 A atuação do professor na Educação Inclusiva.....	23
<b>3 INTERVENÇÃO DOCENTE E AS DIFERENTES INCLUSÕES</b> .....	28
3.1. Percurso da Pesquisa.....	28
3.2. As escolas e os participantes da pesquisa.....	29
3.2.1. Formação de professores de Educação Física e a atuação com Pessoas com Necessidades Especiais.....	30
3.2.2. Dificuldades dos professores de Educação Física diante do aluno com NEE.....	32
3.2.3. Interação dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.....	33
3.2.4. Ação docente e a Inclusão.....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36
<b>APÊNDICES</b>	
Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido	
Apêndice 2 – Termo de compromisso da instituição escolar	
Apêndice 3 – Ofício encaminhado à escola	
Apêndice 4 – Questionário para professores	

## INTRODUÇÃO

Ministrar uma aula na Educação Especial constitui-se em desafio de muitos professores, pois ao se depararem com um aluno deficiente em sua sala, é necessário mudar totalmente seu planejamento para poder incluí-lo. Mais ainda, é preciso que desenvolva métodos e práticas para não fazer com que aquele aluno se sintasse ou seja tratado de modo diferente dos demais.

Quando tratamos de Educação Especial, devemos discutir sobre o ensino inclusivo, e para tratarmos da inclusão devemos entender, primeiramente, a diferença entre inclusão e inclusão social. Segundo Mantoan (2005, p. 24), “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Por sua vez, a inclusão social implica no conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.

Nesse sentido, aqui problematizamos se a inclusão realmente acontece nas aulas de Educação Física. Objetivamos, em termos gerais, analisar a atuação do professor de Educação Física no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Para uma aproximação a este objetivo, i) analisamos os marcos históricos e normativos da educação de alunos com NEE; ii) analisamos e a atuação do professor na educação inclusiva e suas possibilidades de intervenção; iii) e analisamos se os participantes da pesquisa possuem uma especialização para atuar com alunos com NEE.

Este trabalho tem importância social e científica, na medida em que contribui para pensar a sociedade, pois é de inclusão que vivemos, aprendemos em comunhão, nos definimos pela capacidade e qualidade das trocas que estabelecemos, e também pela efervescência do assunto na atualidade.

O texto foi dividido em três partes. Na primeira apontamos os marcos históricos e normativos da educação de PNE, que resultou de sua “inexistência” à sua inclusão escolar; na segunda tratamos da atuação do professor na educação inclusiva e suas possibilidades de intervenção no processo de inclusão com alunos com NEE; e na terceira apresentamos os resultados da pesquisa, analisando as respostas dos questionários aplicados aos participantes.

## **1 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A escola historicamente se caracteriza pelo privilégio dado a grupos dominantes, aspecto que foi legitimado nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidenciou-se o paradoxo inclusão/exclusão, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns, pressupondo a seleção e naturalizando o fracasso escolar (BRASIL, 2008).

Por outro lado, nos últimos anos o sistema educacional brasileiro tem passado por grandes mudanças e tem conseguido cada vez mais respeitar a diversidade, garantindo a convivência e a aprendizagem de todos os alunos. Nesse âmbito, a educação especial como modalidade de ensino tem sido amplamente difundida e concretizada nos programas de ensino de instituições escolares (ALONSO, 2013).

É importante, pois, conhecer os marcos históricos e normativos da educação de alunos com deficiência, aspecto tornado objetivo desta parte do trabalho.

### **1.1 Marcos históricos e políticos da Educação Especial**

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

No Brasil o atendimento as pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2008, p. 02).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1961), inscrita na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), fundamenta o atendimento educacional às pessoas com deficiência e aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino:

Art. 88 - A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89 - Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, n.p.) <sup>1</sup>.

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), que altera a LDB/1961, define “tratamento especial” para os estudantes com deficiências físicas que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e aos superdotados:

Art. 9º - Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, n.p.).

Em 1973, o Ministério da Educação (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Nesse período, para tratar da educação dos estudantes com deficiência permanecia a concepção de “políticas especiais”, pois não havia efetivação de uma política pública de acesso universal à educação. Por sua vez, os estudantes com superdotação tinham acesso ao ensino regular, porém não era organizado um atendimento especializado que considerava suas singularidades de aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) tem como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, inciso IV). Ainda a CF/1988, no Art. 205, define quanto à educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123).

A CF/1988 no Art. 206, incisos I e II, estabelece que o ensino seja ministrado com base nos seguintes princípios: I - Igualdade de condições para o acesso e

---

<sup>1</sup> Revogado pela Lei nº 9.394/1996.

permanência na escola; II-Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (BRASIL, 1988, p. 123).

O Art. 208 da CF/1988, inciso III, dispõe como um dos princípios para a educação e garante como dever do Estado “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência<sup>2</sup>, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no Art. 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. No ano de 1990 é criada a Declaração Mundial de Educação para Todos, que passa a influenciar formulação das políticas públicas da educação inclusiva, tendo como objetivo “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”. Para o alcance das metas de educação para todos, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1994, propôs aprofundar a discussão, problematizando as causas da exclusão escolar. A partir desta reflexão acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, ressalta que:

O princípio que orienta esta estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p. 03).

Em 1994, é publicada a *Política Nacional de Educação Especial*, propondo um processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (BRASIL, 1994, p. 19).

Sobre a Educação Especial, a LDB/1996 expressa:

Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na

---

<sup>2</sup> Atualmente o termo portador de deficiência não é mais utilizado. Substituindo-se por Pessoas com Necessidades Especiais, e no âmbito escolar, utiliza-se o termo alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996, p. 40).

A Lei nº 9.394/96 no Art. 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar; ainda garante o acesso igualitário aos programas sociais disponíveis:

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados [...];

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 40).

O Decreto nº 3.298 de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular:

Art. 1º - A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetiva assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º - Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1999, n.p.).



As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (Art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ressalta que:

Educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos (BRASIL, 2001, p. 53).

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades.

A Resolução CNE/CP nº 1/2002 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para a Formação de Professores da Educação Básica, definindo que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a diversidade (Art. 2º, inciso II) e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (Art. 6º, inciso II):

Art. 1º - As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art. 2º - A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para: I - o ensino visando à aprendizagem do aluno; II - o acolhimento e o trato da diversidade;

III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural; IV - o aprimoramento em práticas investigativas; V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe (BRASIL, 2002, p. 01).

A Lei nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Em 2003, é implementado pelo MEC o *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento *O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.

Ainda nesse ano, emerge o Decreto nº 5.296/04 que regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida:

Art. 8º - Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, n.p.).

Em 2005, o Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a UNESCO, lançam o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*, objetivando fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

Em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado. No documento do MEC, *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*, é reafirmada a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial.

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2007, p. 09).

O Decreto nº 6.094/07 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Art. 2º - A participação da União no compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes: [...].

IX - Garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (BRASIL, 2007, p. 01).

Em 2008, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* aponta diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.

O Decreto nº 6.571/2008, revogado pelo Decreto nº 7.611/2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências:

Art. 1º - O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - Aprendizado ao longo de toda a vida; III - Não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - Garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - Oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - Adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - Oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; VIII - Apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial (BRASIL, 2008, p. 01).

Em 2009, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art. 24).

O Decreto nº 6.949/09 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, nos Estados Unidos, em 30 de março de 2007:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes

objetivos: [...] c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

2. Para a realização deste direito, os Estados Partes deverão assegurar que: a. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência; b. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem [...] (BRASIL, 2009, p. 16).

A Resolução nº 04/2009 CNE/CE institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, que deve ser oferecido no contra turno da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular:

Art. 5º - O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, p. 02).

O Decreto nº 7611/2011 institui a política pública de financiamento no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), estabelecendo o duplo cômputo das matrículas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visando ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas públicos de ensino, este decreto também define o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da educação especial, além de outras medidas de apoio à inclusão escolar.

Ao retomarmos a história da Educação Especial, evidenciamos conquistas em relação à educação das Pessoas com Necessidades Especiais. Não é pouco avanço ir de uma quase completa inexistência de atendimento à proposição e efetivação de políticas de integração social. Podemos falar, também, de avanços e muitos retrocessos, de conquistas questionáveis e de preconceitos cientificamente legitimados.

O paradigma da inclusão escolar iniciado na década de 1990 surge, então, com um novo modelo de atendimento escolar e é uma reação contrária ao princípio de integração. A efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais. Antes, a escola deve estar preparada para tratar com alunos que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais (MIRANDA, 2003).

Contudo, segundo Fernandes *et al.* (2011), para que isso ocorra é necessária uma nova concepção de escola, de aluno, assim como uma nova compreensão sobre ensinar e aprender. A igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão.

## **2 O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Nesta seção tratamos da atuação do professor na educação inclusiva e suas possibilidades de intervenção, sob o argumento de que os alunos vivenciam a inclusão desde quando crianças, daí a importância de práticas elaboradas a tal fim.

### **2.1 A atuação do professor na Educação Inclusiva**

Muitos professores encontram dificuldades em trabalhar com a diversidade, demonstrando insegurança para desenvolver seu papel, pois não existe uma fórmula correta para lecionar diante das especificidades que cada aluno apresenta, seja ele deficiente ou não. Segundo Zimmermann (2008, p. 01):

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008, p. 01).

Como organizador da sala de aula, o professor deve guiar e orientar seus alunos durante o processo de aprendizagem para aquisição dos saberes, competências e habilidades. Na sala de aula inclusiva, consideram-se que os conteúdos escolares são objetos da aprendizagem. Assim, aos alunos cabem atribuir significados e construir conhecimentos e ao professor assumir a função de mediador desse processo (ALONSO, 2013).

O professor deve intervir nas atividades nas quais o aluno não tem autonomia, ajudando-o a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos. Além disso, o professor consciente da importância de adequar seu planejamento de acordo com as necessidades dos alunos, pode se preparar para identificar suas necessidades e avaliá-los. Possuindo instrumentos para identificar a potencialidade e os saberes de seus alunos, sente-se capaz de ajustar suas práticas (ALONSO, 2013).

Segundo Pereira (2012, p. 16), muitos são os desafios encontrados para a prática de uma Educação Física inclusiva nas escolas de ensino regular. Um dos

empecilhos enfrentados pelos docentes tem sido lidar com o aluno diferente, o que exige a construção de novas estratégias, respostas e saberes. Aqui pretendemos trazer uma reflexão da atuação do professor na educação inclusiva, como ele tem enfrentado esses desafios, pois, para muitos, o processo de inclusão é apenas mais um desafio a ser vencido:

Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p.17).

Por ter papel decisivo na construção de saber do aluno, o professor não pode abdicar-se da tarefa de mediação no processo de ensino-aprendizagem, que refletirá não só aprendizagem escolar do aluno, mas também na construção dos aspectos demandados em seu convívio social. Segundo Freire (2005, p. 58):

O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos 'convivam' de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras (FREIRE, 2005, p. 58).

Para que o professor consiga exercer seu papel no processo de inclusão, deve quebrar os paradigmas e ultrapassar as barreiras desse processo e dessa proposta, oportunizar a convivência, provocar desafios de interação e aproximação, para que os alunos entendam que um necessita do outro na construção do saber, que é na diferença onde reside sua igualdade. A inclusão precisa sair dos projetos políticos pedagógicos das escolas e entrar, de fato, nas salas de aulas, para os ambientes em que há pessoas realizando trocas, pois o homem se define pela qualidade e capacidade das trocas que estabelece (FREIRE, 1996). A esse propósito Mantoan (2003) ressalta:

[...]. Ensinar na perspectiva inclusiva significa ressignificar, o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e assim a preparação do professor requer *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que



também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MANTOAN, 2003. p. 81).

O professor precisa estar preparado para todas as situações que podem surgir na sala de aula, pois cada aluno representa um desafio, cada um possui sua individualidade, aprende de uma forma e de um ritmo diferente. Além disso, o professor precisa estar ciente de que uma prática educativa diferente pode contribuir diretamente com o desenvolvimento e na formação das competências exigidas pela sociedade atual diante da inclusão. Sobre isso, Minetto (2008, p. 101) afirma:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo às coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (MINETTO, 2008, p. 101).

Nas estratégias utilizadas pelo professor no processo da inclusão, o mesmo deve preocupar-se em romper o isolamento social, pois muitas vezes é o que acontece com os alunos em condição de necessidades especiais, conforme Lira (2007, p. 98) aponta:

O professor inclusivo deverá ter, portanto, práticas pedagógicas diferenciadas e não segregacionistas; essas práticas contemplarão todos os tipos de sujeitos e as particularidades de suas necessidades. Esse será o educador do século XXI, voltado totalmente à superação das desigualdades sociais e intelectuais de seus alunos (LIRA, 2007, p. 98).

Para Mantoan (2001, n.p.), "ensinar é, de fato, uma tarefa complexa e exige dos professores conhecimentos novos que muitas vezes contradizem o que lhes foi ensinado e o que utilizam em sala de aula". A autora acredita que não são apenas os especialistas os responsáveis por inserir todos os alunos na escola regular, mas sim um esforço efetivo que vise transformar escolas e aprimorar a formação dos professores para o trabalho com a diferença.

Alves (2003, p. 60) salienta que o professor, a partir do momento que escolheu lidar com a educação inclusiva, deve ter consciência de seu sentimento de em relação ao conteúdo a ser trabalhado com os alunos.

Reconhecemos que trabalhar com classes heterogêneas que acolhem todas as diferenças traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento das crianças deficientes e também as não deficientes, na medida em que estas têm a oportunidade de vivenciar a importância do valor da troca e da cooperação nas interações humanas. Portanto, para que as diferenças sejam respeitadas e se aprenda a viver na diversidade, é necessário uma nova concepção de escola, de aluno, de ensinar e de aprender (MIRANDA, 2003, p. 6).

Quando se trata da Educação Física, o papel decisivo do professor se dobra, pois, além de preocupar-se na inclusão do aluno, ele precisa romper certas ópticas que as pessoas têm sobre a disciplina. Muitos veem a Educação Física como uma disciplina de seletividade, rendimento e até mesmo exclusão, por isto necessita estar preparado para mostrar o contrário de tal perspectiva: mostrar que a Educação Física também é inclusão e que os alunos com necessidades especiais podem e devem participar de forma efetiva nas aulas juntamente com os demais.

Mendes *et al.* (2013, n. p), cita as palavras de José Guedes, diretor do Centro de Atendimento Educacional Especializado Pró-labor:

A educação física tem primeiro que romper com o paradigma da educação física esportivista, seletista. É uma raiz que nós trazemos desde o regime militar. A educação física parte do princípio olímpico que é do mais forte, do mais ágil e do mais rápido. A pessoa com deficiência não se enquadra nesse perfil. Automaticamente, está fora. A pessoa acima do peso não se enquadra nesse perfil. A pessoa que não tem uma habilidade motora não se encaixa nesse perfil. Então você exclui uma série de pessoas. A aula de educação física inclusiva não vai ser um espaço de formação de atletas ou de equipes para disputar competições escolares. A educação física é um componente curricular onde, obrigatoriamente, todos os meus educandos devem desenvolver determinadas habilidades, inclusive habilidades motoras ou esportivas. Então, a aula de voleibol não vai ser para o mais alto ou o mais forte. Na aula de voleibol, todos meus alunos têm que praticar, vivenciar e sentir o voleibol. A aula de futebol, da mesma forma, não deve separar homens e mulheres. Todos têm que participar, independentemente da sua condição (MENDES *et al.*, 2013, n. p).

A disciplina de Educação Física deve proporcionar ao aluno o convívio com os demais colegas, o trabalho em equipe, respeito às regras, respeito com os outros colegas e a ética. Esses fatores são indispensáveis para a vida na sociedade, a troca de saberes, pois vivemos das trocas diárias que estabelecemos com o outro.

Daí a necessidade de a Educação Física ser bem planejada em contexto escolar, para atrair a atenção de todos.

É necessário que os professores de Educação Física realizem uma aula inclusiva e não apenas adaptada, pois dessa maneira estará ainda excluindo o aluno e isolando-o dos demais. Um exemplo deste isolamento é fazer com que o aluno com deficiência jogue jogos de tabuleiro, enquanto outros alunos façam outra atividade, de modo que estes acabem não mais gostando das aulas.

Não temos dúvidas de que todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade. No entanto, a dúvida que mais preocupa é como construir essa escola inclusiva, de qualidade e para todos. Sabemos que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com necessidades educacionais especiais é também uma forma de respeitá-lo e garantir seu crescimento. No entanto, percebemos que as dificuldades existem, não são poucas e ficam bem claras quando se para observar de forma mais crítica. Afinal, colocar o aluno em sala regular e não atender o que realmente ele necessita não é inclusão.

É direito da criança e do adolescente ser inserido em um ambiente escolar de igualdade e cabe ao professor fazer essa ponte entre escola e sociedade. O questionamento é: como faremos essa ponte? Diríamos que dedicação e conhecimento é os primeiros passos para que o aluno com deficiência seja realmente inserido no contexto escolar. A Educação Física, em particular, tem mais fácil acesso a isso, pois é uma disciplina que soma vivência motora e intelectual (MENDONÇA; FLAITT, 2013, p. 15).

Para que os professores possam trabalhar na educação inclusiva é necessário que ocorram mudanças estruturais e pedagógicas, quebrando barreiras e abrindo portas para os alunos com diversos tipos e graus de dificuldades e habilidades. É também essencial que o professor busque especializações para a mediação deste trabalho de forma que garanta um esforço voltado à qualidade de vida dos educandos e transformando-os em cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade em sua ampla dimensão.

### 3 INTERVENÇÃO DOCENTE E AS DIFERENTES INCLUSÕES

Nesta seção apresentamos a metodologia utilizada da pesquisa, seus instrumentos para obtenção de dados, os sujeitos e locais de realização. Como conclusão, apontamos os resultados, os quais demonstram que, apesar de não terem formação específica, os professores buscam incluir seus alunos com necessidades especiais.

#### 3.1. Percurso da Pesquisa

A metodologia utilizada neste trabalho caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de caráter descritivo. A pesquisa qualitativa consiste em um método de investigação científica que foca no caráter subjetivo do sujeito da pesquisa, estudando suas particularidades e experiências individuais.

A pesquisa qualitativa, ou naturalista, envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contexto direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo de que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 1982 *apud* LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.13).

Para a aplicação e obtenção dos dados foi realizada uma pesquisa de campo, cujo objetivo consiste em “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 169).

Nesta pesquisa de campo, o instrumento utilizado para a coleta dos dados foi a aplicação de um questionário com oito perguntas, sendo duas fechadas e seis abertas. Lakatos e Marconi (2010, p. 187) afirmam que as perguntas abertas “também chamadas de livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões”.

A análise deste trabalho foi realizada a partir de questionários entregues a cinco professores de Educação Física. Porém, dentre esses, apenas quatro deles foram devolvidos aos pesquisadores, a partir dos quais a análise e discussão foram baseadas.

Salientamos que os nomes, tanto da escola quanto dos professores, serão mantidos em sigilo, em detrimento ao uso de codinomes. As escolas serão identificadas como: Escola "A", Escola "B" e Escola "C"; e os professores como: PROF-EF "A" (Professor de Educação Física A), PROF-EF "B" (Professor de Educação Física B), PROF-EF "C" (Professor de Educação Física C) e PROF-EF "D" (Professor de Educação Física D).

### **3.2. As escolas e os participantes da pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida em três escolas públicas do município de Coronel Sapucaia-MS, sendo uma estadual e duas municipais. Nesta pesquisa nos dirigiremos à escola Estadual como Escola "A" e às escolas municipais como Escola "B" e Escola "C".

A Escola "A" é uma escola que atende aproximadamente 980 alunos, nos turnos matutino, vespertino e noturno. Possui onze salas de aula, uma sala de informática, uma sala dos professores, uma coordenação, uma direção, uma secretaria, dois banheiros, pátio com rampas de acesso, uma quadra esportiva coberta. Nesta escola lecionam três professores de Educação Física, sendo dois participantes dessa pesquisa. A escola possui um NUESP (Núcleo de Educação Especial), que atende alunos com NEE, que no total são doze.

A Escola "B" atende 490 alunos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, nos períodos matutino e vespertino. Possui uma quadra coberta, dez salas de aula, uma sala de informática, uma sala de recursos multifuncional que atende alunos com NEE, dois banheiros, dois bebedouros. Nesta escola há quatro alunos com NEE e três professores de Educação Física.

A Escola "C" é uma escola que atende cerca de 610 alunos dos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental. Conta também com a modalidade de ensino EJA no período noturno. A escola possui uma quadra coberta, onze salas, uma sala de informática, dois banheiros, uma sala de professores, uma coordenação, uma direção, uma cozinha.

Os participantes desta pesquisa são professores que possuem acima de 35 anos de idade, sendo eles três do sexo masculino e uma do sexo feminino.

O PROF-EF "A" atua nos anos iniciais e no ensino médio, é formado há 12 anos e atua há 14 anos, atendendo alunos com baixa visão e surdos. O PROF-EF

“B” é formado há 06 anos e atua há 10 anos na rede pública de ensino, tendo trabalhado por muito tempo na APAE. O PROF-EF “C” é formado há 14 anos e atua há 20 anos, lecionando nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio, atualmente atendendo um aluno cadeirante. O PROF-EF “D” é formado há 25 anos, atuante há 23 anos, concursado na rede estadual de ensino, leciona nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e possui especialização em Educação Física escolar.

### QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Participante	Sexo	Ano de formação	Tempo de atuação	Nível de atuação
PROF-EF “A”	M	2006	14 anos	Anos iniciais e Ensino Médio
PROF-EF “B”	M	2012	10 anos	Anos iniciais
PROF-EF “C”	M	2004	20 anos	Anos iniciais, anos finais e Ensino Médio
PROF-EF “D”	F	1993	23 anos	Anos iniciais e anos finais

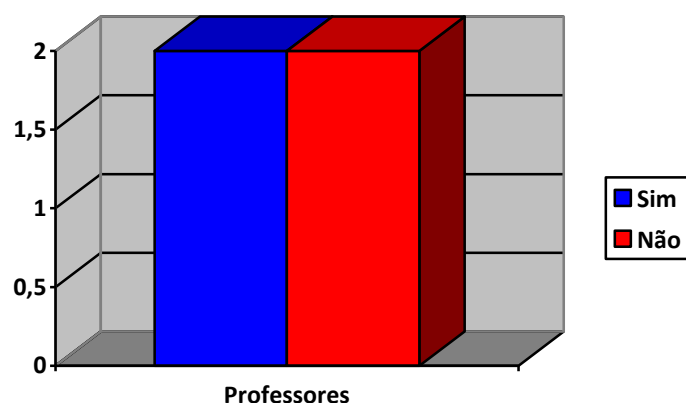
Fonte: Elaborado pela autora (SANCHEZ, 2018).

Para a realização desta pesquisa utilizamos os instrumentos: termo de consentimento livre e esclarecido de participação na pesquisa, entregues às instituições às quais pertencem os participantes e um questionário com oito questões, sendo seis abertas e duas fechadas, cujos resultados são analisados a seguir através da divisão temática de cada pergunta do referido questionário.

#### 3.2.1 Formação de professores de Educação Física e a atuação com Pessoas com Necessidades Especiais

As questões fechadas eram voltadas à formação dos professores. Os mesmos foram indagados se em sua graduação havia uma disciplina específica para trabalhar com pessoas com NEE. Dois dos participantes responderam afirmativamente e dois responderam que não, resultado expresso no Gráfico 1 (Formação de Professores). Cabe ressaltar que o PROF-EF “D”, afirmou não ter tido uma disciplina voltada para as pessoas com NEE, porém no seu trabalho de conclusão de curso abordou a temática.

### GRÁFICO 1 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES



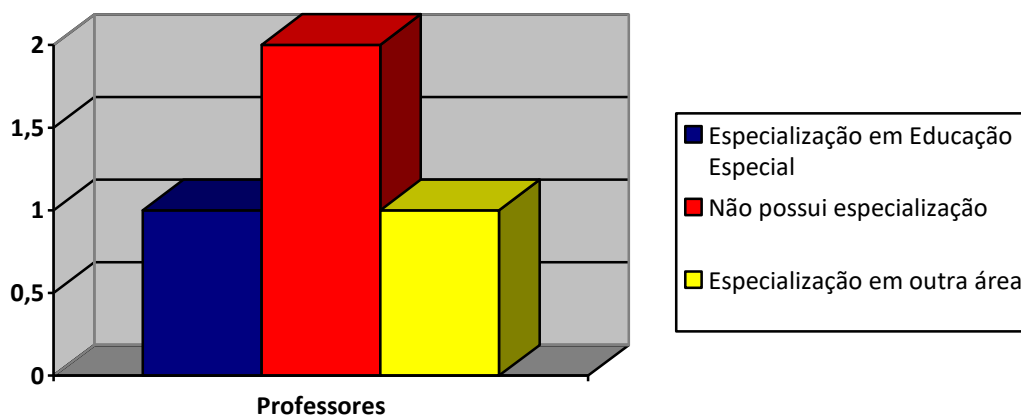
Fonte: Elaborado pela autora (SANCHEZ, 2018).

Sobre a formação de profissionais de educação, Prieto (2006) afirma que é um tema de destacado valor quando a perspectiva do sistema de ensino é garantir a matrícula de todos os alunos no ensino regular, particularmente na classe comum.

Para Glat e Nogueira (2002, p. 25), se a pretensão é garantir educação para todos, independentemente de suas especificidades, deve-se assegurar:

A oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 25).

Na segunda questão, quando indagados se consideravam suficiente a disciplina que tiveram em sua graduação e se buscaram outras formações para atender alunos com NEE, obtivemos as seguintes respostas: o PROF-EF “A” afirma que apesar de não ter tido uma disciplina voltada ao atendimento dos alunos com NEE, buscou cursos nesta área, pois acredita que há uma grande necessidade de busca e conhecimento para trabalhar com esse público. O PROF-EF “C” afirmou que considera suficiente e ressalta que com ela pôde se orientar e planejar atividades educacionais que atendessem seus alunos com NEE. O PROF-EF “B” possui especialização em Educação Especial, e a PROF-EF “D” em Educação Física escolar.

**GRÁFICO 2 – ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFESSORES**

Fonte: Elaborado pela autora (SANCHEZ, 2018).

O gráfico refere-se à especialização dos professores participantes da pesquisa. Dois professores não possuem nenhuma especialização, um possui especialização em Educação Especial e um possui especialização em outra área.

### **3.2.2 Dificuldades dos professores de Educação Física diante do aluno com NEE**

Quando indagamos quais foram e são as dificuldades encontradas pelos professores diante da inclusão dos alunos com NEE, os professores foram unânimes ao responderem que a maior dificuldade encontrada se refere à falta de preparo, à adaptação do planejamento, à falta de materiais adaptados para as necessidades, à adaptação do aluno nas aulas e à falta de conhecimento de determinada deficiência.

Mendonça e Flaitt (2013, p. 15) afirmam que trabalhar com alunos com deficiência, muitas vezes, traz insegurança, medo e muitas dúvidas, e ressalta, nesse sentido, que “como todo processo educacional, é necessário fazer um planejamento anual e por dia. Traçar objetivos e vinculá-los a atividades que promovam a ascensão do aluno são de extrema importância”.

As dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física vão desde as péssimas condições das estruturas físicas das instituições à falta de materiais adaptados. A falta de formação dos professores também tem sido fator que dificulta a aprendizagem e adaptação das crianças com necessidades especiais nas escolas regulares. Em sua maioria, os professores que estão na sala de aula não foram



preparados para realizar esse tipo de atividade, o que os coloca em posição desconfortável e conseqüentemente prejudica o processo de inclusão escolar e de aprendizagem dos alunos.

### **3.2.3 Interação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais**

Questionamos os professores sobre a interação do aluno com NEE com os demais alunos que não possuem deficiência, e obtivemos as seguintes respostas:

No começo notei um pouco a exclusão dos alunos com NEE, mas no decorrer dos meses eles começam a interagir com os demais (PROF-EF “A”, 2018).

A interação é muito boa, os alunos que não possuem NEE procuram ajudar o colega com NEE. Resultando dessa interação, o aluno com NEE teve maior desenvolvimento na fala e nas habilidades motoras (PROF-EF “B”, 2018).

Apesar da resistência de alguns, boa parte, no que percebo, relacionam-se muito bem (PROF-EF “C”, 2018).

Em todos as turmas que já trabalhei, e que tinha alunos com deficiência, à interação sempre foi boa, os alunos que não possuem deficiência ajudavam o aluno com deficiência. Penso que a interação do aluno deficiente com os demais, parte também do professor, cabe a ele dizer aos seus alunos que todos somos diferentes e que devemos respeitar a diferença do outro (PROF-EF “D”, 2018).

O posicionamento do professor nesse processo é um fator determinante para que a interação do aluno com NEE ocorra reciprocamente e de maneira respeitosa. Para Mendonça e Flaitt (2013), o professor deve ser o mediador desse processo, estar atento às atitudes discriminatórias (apelidos, deboches e situações de exclusão) conversando seriamente com os alunos.

### **3.2.4 Ação docente e a Inclusão**

Quando indagados de como deveria ser a atuação do professor de Educação Física frente à inclusão dos alunos com NEE e ainda como os mesmos concebiam a aprendizagem e a construção do conhecimento dos alunos incluídos. O PROF-EF “A” afirma que o professor de Educação Física é o profissional que tem ligação com todos os alunos no ambiente escolar, e por isso o mediador da aproximação do

aluno com NEE com os demais alunos. O PROF-EF “B”, assim como o PROF-EF “C”, ressalta que o professor deve conscientizar os demais alunos das dificuldades do aluno com NEE, buscando sempre o trabalho coletivo e realizar um planejamento específico com atividades diferenciadas constantemente. PROF-EF “D” respondeu:

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e as necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. Diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados tendo em vista a capacitação docente, a participação de formação continuada, a fim de atender as peculiaridades apresentadas pelos alunos, somando assim para a construção de conhecimento dos alunos (PROF-EF “D”, 2018).

Para Mendonça e Flaitt (2013) devemos ter em mente que cada indivíduo tem suas características e individualidade, portanto, a generalização não cabe em uma sala de aula. Cada aluno deve ser tratado como um ser único, dotado de personalidade, potencialidades e habilidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação é um direito de todos. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais. Diante disso, propusemos como objetivo analisar a atuação do professor de Educação Física no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Várias são as causas que podem promover a exclusão desses alunos a uma educação de qualidade. Dentre tantas, pode-se destacar a falta de informações sobre como compreender e trabalhar com alunos com NEE, principalmente no ensino regular. No entanto, verificamos que metade dos professores questionados não possuem formação específica para trabalhar com o público em questão. Fator determinante para a inclusão deste aluno, uma vez que a falta de preparo e conhecimento sobre a necessidade do aluno foi apontada como principal dificuldade dos professores. Tal aspecto reforça a tese de que há necessidade de se investir na formação docente, principalmente em se tratando de Educação Especial.

O que nos preocupa é a realidade de muitos professores que se sentem confusos, despreparados e incapazes para acolher esses alunos e, sobretudo, para trabalhar com propostas didático-pedagógicas que atendam às necessidades, expectativas e demandas de cada um desses sujeitos da educação. Para que haja a inclusão do aluno com NEE o professor deve ter práticas pedagógicas diferenciadas e não segregacionistas, cabendo, pois, a ele, buscar constantes capacitações.

Este trabalho pretendeu, em sua singularidade, contribuir com o estudo da Educação Física Escolar, no que tange à inclusão dos alunos com NEE. Ressaltamos que, apesar dos professores relatarem e opinarem sobre os temas propostos, os mesmos buscam incluir o aluno com NEE, porém não possuem domínio sobre o tema e deixaram lacunas em suas respostas, refletindo a falta de preparo para o atendimento aos alunos com NEE.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, D. **Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula>. Acesso em: 15 set. 2018.
- ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** Rio de Janeiro: WAK, 2003.
- COSTA, V. B. **A prática social da convivência escolar entre estudantes deficientes visuais e seus docentes: o estreito caminho em direção à inclusão.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- FERNANDES, L. B.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, v.2. Curitiba. 2011. p. 132 – 144.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIRA, B. C. **O professor sociointeracionista e @ inclusão escolar.** São Paulo: Paulinas, 2007.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão: contornando e**
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. In: **Nova Escola**, maio, 2005. Ultrapassando barreiras. Disponível em: [http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos\\_pedagogicos\\_da\\_inclusao.htm](http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos_pedagogicos_da_inclusao.htm). Acesso em: 15 set. 2018.
- MANTOAN, M. T. E. PRIETO, R. G. ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.
- MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que fazer e como fazer.** Campinas: Papyrus 1998.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENDES, R. H. CONCEIÇÃO, L.H. de P; GALERY, A. **O Caso de Educação Física Inclusiva – Brasil.** Disponível em: <http://diversa.org.br/estudos-de-caso/o-caso-de-educacao-fisica-inclusiva-brasil/>. Acesso em: 15 set. 218.

MENDONÇA, D. de. FLAITT, P. M. da S. **EDUCAÇÃO FÍSICA ADATADA**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2013.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MIRANDA, A. Ap<sup>a</sup>. B. **História, deficiência e educação especial**. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

ZIMMERMANN, E. C. **INCLUSÃO ESCOLAR**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/>. Acesso em: 15 set. 2018.

### **Normativas legais**

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA\\_2017\\_v05\\_INTERNET.pdf](http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L5692.htm). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002.** Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/PORTARIA\\_N\\_\\_2\\_678\\_\\_DE\\_24\\_DE\\_SETEMBRO\\_DE\\_2002\\_15247494267694\\_7091.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/PORTARIA_N__2_678__DE_24_DE_SETEMBRO_DE_2002_15247494267694_7091.pdf). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Org.). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília: Ministério da Educação, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 20 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao\\_pessoacomdeficiencia.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoacomdeficiencia.pdf). Acesso em: 20 mai. 2018.



## APÊNDICE “1”

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, xx, desejo participar voluntariamente da pesquisa intitulada “ Ação docente frente à inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas aulas de Educação Física escolar”, que tem como objetivo analisar a atuação do professor de Educação Física no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, caracterizada pela pesquisa bibliográfica e de campo. Para a coleta de dados, será aplicado um questionário direcionado aos professores de Educação Física, alvo da referida pesquisa. A metodologia utilizada na realização do trabalho caracteriza-se como pesquisa quantitativa.

Li o conteúdo do texto e entendi as informações relacionadas a minha participação e estou a par que minha identidade será preservada, ficando cientificado que não receberei benefícios financeiros, podendo desistir em qualquer etapa e retirar meu consentimento, sem penalidades, prejuízo ou perda.

Ponta Porã-MS, 06 de setembro de 2018.

---

Assinatura do (a) participante

---

Assinatura do Pesquisador Responsável  
Elaine Sanchez Duré





## APÊNDICE “2”

### TERMO DE COMPROMISSO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Sirvo-me desta para informar que atendo à solicitação de autorização para que Elaine Sanchez Duré, acadêmica do curso de Educação Física das Faculdades Magsul tenha acesso à Escola xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, para realização de pesquisa para a elaboração do seu trabalho de conclusão de curso, com o objetivo de analisar a atuação do professor de Educação Física no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Comprometo-me na qualidade de Coordenador Pedagógico desta escola a desenvolver aquilo que me compete com rigor e compromisso ao que se refere ao bom desenvolvimento do estudo e auxílio na coleta de dados. Entendendo que a coleta de dados e seus resultados serão para realização do Trabalho de Conclusão de Curso Interdisciplinar intitulado “ Ação docente frente à inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas aulas de Educação Física escolar”.

Destaco que estamos cientes da pesquisa e entendemos seus objetivos, e, enquanto instituição escolar, comprometemo-nos a oferecer total suporte no que diz respeito à realização da pesquisa descrita.

Ponta Porã-MS, 06 de Setembro de 2018.

---

Coordenador Pedagógico da Escola



Educação Física: Aut. Port. nº 766 de 31/05/2000/Rec. Port. nº 3.755 de 24/10/05/Renovação Rec. Port. nº 286 de 21/12/2012  
Mantida pela A.E.S.P.

Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67) 3437-3804 – Ponta Porã – MS  
Home Page: [www.magsul-ms.com.br](http://www.magsul-ms.com.br)

E-mail: [graduacaomagsul@gmail.com](mailto:graduacaomagsul@gmail.com); [secretariamagsul@gmail.com](mailto:secretariamagsul@gmail.com) e [ed.fisicamagsul@terra.com.br](mailto:ed.fisicamagsul@terra.com.br)

**FACULDADES MAGSUL**

## APÊNDICE “3”

### OFÍCIO ENCAMINHADO À ESCOLA

À

Escola xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assunto: Solicitação para realização de pesquisa acadêmica.

Eu, Elaine Sanchez Duré, brasileiro, solteira, inscrito no CPF: xxxxxx e no RG nº: xxxxxx, residente e domiciliado na cidade de Ponta Porã-MS, na Rua: xxxxxx, aluno regular do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdades Magsul, venho respeitosamente solicitar permissão para realização de uma pesquisa acadêmica no período de 1 (um) bimestre neste ano letivo de 2018 na referida escola, que fará parte de um Trabalho de Conclusão de Curso Interdisciplinar intitulado “ Ação docente frente à inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas aulas de Educação Física escolar”. Ressalta-se que as identidades da escola e dos participantes serão preservadas na pesquisa.

Certo do atendimento do meu pedido, aguardo deferimento.

Ponta Porã–MS, 06 de setembro de 2018.

---

Elaine Sanchez Duré  
Orientando

---

Prof. Me. Silvano Ferreira de Araújo  
Orientador



Educação Física: Aut. Port. nº 766 de 31/05/2000/Rec. Port. nº 3.755 de 24/10/05/Renovação Rec. Port. nº 286 de 21/12/2012  
Mantida pela A. E. S. P.

Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67) 3437-3804 – Ponta Porã – MS  
Home Page: [www.magsul-ms.com.br](http://www.magsul-ms.com.br)

E-mail: [graduacaomagsul@gmail.com](mailto:graduacaomagsul@gmail.com); [secretariamagsul@gmail.com](mailto:secretariamagsul@gmail.com) e [ed.fisicamagsul@terra.com.br](mailto:ed.fisicamagsul@terra.com.br)

# FACULDADES MAGSUL

## APÊNDICE “4”

### QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

**Nome do respondente:**

**Sexo:** ( ) masculino ( ) feminino

**Idade:**

**Instituição de atuação:**

**Nível de ensino em que atua:** ( ) Anos Iniciais ( ) Anos Finais ( ) Ensino Médio

1. Há quantos anos você é formado (a) em Educação Física? E há quantos anos está atuando na rede pública de ensino?

---

---

2. Na sua graduação teve uma disciplina específica para trabalhar com pessoas com Necessidades Especiais?

( ) Sim

( ) Não

3. Considera suficiente essa formação? Se não, tem formação/cursos para atender alunos com Necessidades Educacionais Especiais?

( ) Sim

( ) Não

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

4. Você já trabalhou, ou trabalha com alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE)? Quais NEE?

---

---

---

5. Qual foi/é a maior dificuldade encontrada para trabalhar com alunos com NEE?

---

---

---

---

**6.** Como se dá a interação do aluno com NEE com os demais alunos?

---

---

---

---

**7.** Em sua opinião como deve ser a atuação do professor de Educação Física frente à inclusão escolar? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

**8.** Como você concebe a aprendizagem e a construção do conhecimento dos alunos incluídos?

---

---

---

---